

Prioridade para a revisão moral

05 NOV 1993

LUIZ SALOMÃO *

As sociedades não se deterioram necessariamente em função de suas contradições. Com certeza, porém, entrarão em declínio irreversível se não tentarem resolvê-las. O episódio que envolve a CPI do Orçamento é emblemático neste sentido. A nação está diante de uma oportunidade ímpar de depurar uma cultura de corrupção que permeia todo o tecido social: do trabalhador mais humilde ao empresário mais abastado; do eleitor fisiológico ao político mais expressivo.

Quando a Itália, recentemente, expôs sua cloaca de ligações espúrias entre políticos, empresários e a máfia, o cidadão comum teve a mesma postura cética que se reflete nas pesquisas de opinião feitas nas capitais brasileiras a respeito da CPI do escândalo do Orçamento.

Lá, tentando suavizar o primeiro impacto das denúncias que brotaram, o quase eterno primeiro-ministro Giulio Andreotti chegou a dizer, no início das apurações, que o caso não passava de um simples desgaste natural do exercício do poder. "O poder só desgasta aqueles que não o tem", arrematou cinicamente. Hoje, indiciado, Andreotti é parte do lixo da história.

Guardando as devidas proporções, o advogado do presidente do Congresso e ideólogo do governo Sarney, Saulo Ramos, alardeia que a revisão deve ser acelerada, porque, segundo ele, a Constituição é responsável pela corrupção.

Pior do que uma leviandade, esta afirmação é um dos muitos argumentos escusos que uma minoria toca da pelo "convencimento" dos *lobbies* da Fiesp, Febraban, multinacionais *et caterva* tenta impor à opinião pública para violar a Constituição e assaltar institucionalmente a soberania e o patrimônio público nacionais.

O Parlamento brasileiro vive seu momento mais crucial e decisivo. A explosão de novas denúncias e a instalação da CPI, no entanto, propiciarão a revelação

de um processo tão envolvente que não haverá forças capazes de controlar o desfecho das investigações.

Este verdadeiro dragão da maldade é um dos principais responsáveis pelo déficit público, pela concentração de renda, pela distorção da representação popular. Corrupção no Orçamento reflete-se na eleição.

O esquema de manipulação do Orçamento em benefício de parlamentares, burocratas e empresas não é um dado novo para os congressistas. Tentativas anteriores de denúncias foram inibidas por falta de provas ou barradas pelo embargo de poderosas lideranças no Congresso.

Além de fraudarem o Orçamento em seu favor, os parlamentares envolvidos corromperam a instituição do sufrágio universal, transformando o voto em mercadoria, depravando o conceito de cidadania.

A marginalia tornou os temas tratados no Congresso iguais aos de uma delegacia de polícia. Isto flagra a ilegitimidade da representação popular. Mas é importante frisar que ela se destaca de uma maioria conservadora articulada com o grande capital nacional e internacional.

Em pesquisa recente do Diap, que resultou na publicação de *A cabeça do Congresso*, 222 deputados, ou seja, 53% da Câmara, se dizem social democratas. Como explicar, então, o resultado de certas votações? Porque devotos dessa nova seita chamada neoliberalismo, só 70 deputados têm coragem de confessar sua crença e seus vínculos com essa nova panacéia ideológica.

Da ilegitimidade do voto comprado à falsidade caracterizada pela traição aos compromissos político-ideológicos, o passo na direção da corrupção é só uma questão de oportunidade. São atitudes compatíveis com a mesma psicologia psicopolítica.

Tentar prosseguir a revisão da Constituição neste cenário é não apenas temeridade. É uma proposta obscena, como todas as outras feitas pelo advogado do presidente do Congresso e mentor de um dos maiores festivais de corrupção, que foi a farta distribuição de canais de rádio e televisão em troca de um ano a mais de mandato para seu patrão de então, o presidente José Sarney.

O que se impõe neste momento é uma grande revisão moral. Não apenas no Congresso e nos ministérios que distribuem verbas, mas também nos bancos oficiais e no Banco Central, além da distribuição de concessões de serviços públicos e de incentivos fiscais.

O caráter de prioridade deste trabalho saneador e profilático está plenamente configurado na CPI do Orçamento e pode ser encarado como um renascimento da atividade política, como um sinal de que 1994 poderá ser um novo início da verdadeira representação parlamentar.

Que não se alegue risco para a estabilidade das instituições. Este é o discurso cúmplice da corrupção. Uma instituição como a do Poder Legislativo só pode sobreviver depurada, cristalina, caso contrário servirá de manto aos corruptos e de estímulo aos corruptores.

A nação, este Parlamento e esta CPI podem começar a sepultar definitivamente esta cultura corrupta que está indignando as pessoas e levando-as a terem vergonha do seu próprio país. Antes de qualquer revisão, é fundamental a revisão moral.

A CPI pode ser encarada como o verdadeiro renascimento da atividade parlamentar.

* Líder do PDT na Câmara dos Deputados e membro da CPI do Orçamento.